

A social-democracia europeia e a fidelidade ao “culto europeísta”(1)

António Avelãs Nunes*

1. Quando, em 2008, a crise que teve início nos EUA contaminou a Europa, os socialistas europeus fizeram coro (por vezes como solistas) com os que se esforçaram por fazer crer que esta não era uma crise do capitalismo, talvez por pensarem que o capitalismo é eterno (é o fim da História) e que não há alternativa ao capitalismo. Eles dizem-se capitalistas no que toca à produção (acreditam nas virtudes da concorrência livre e não falseada e no comércio livre...) e socialistas em matéria de distribuição...

Houve quem sustentasse que esta crise estrutural do capitalismo era, afinal, uma crise do neoliberalismo. Como se o neoliberalismo fosse alheio ao capitalismo, algum produto esotérico inventado por ‘filósofos’ diletantes que não têm mais nada em que pensar. Confortados com esta ‘descoberta’, logo trataram de esconjurar o neoliberalismo, como quem esconjura os fantasmas. O Primeiro-Ministro português da altura (Secretário-Geral do PS) logo ‘decretou’ que o neoliberalismo morreu (como o comunismo morreu há vinte anos...). Numa verdadeira competição

para saber quem ganhava o prémio do oportunismo, os socialistas foram ultrapassados pela ‘esquerda’ por Sarkozy, que se apressou a defender a “refundação global do capitalismo, (...) pois a ideologia da ditadura dos mercados e do estado impotente morreu com a crise.”

Alguns descobriram que o que falhou foi a regulação e o estado regulador, fazendo crer que não sabem que o estado regulador foi inventado (com grande contribuição teórica e prática dos socialistas europeus), depois de terem privatizado tudo, para ‘regular’ os setores estratégicos e dos serviços públicos, tarefa que nem sequer foi entregue ao estado enquanto tal, mas a agências reguladoras

independentes, que não prestam contas perante nenhuma instância política democraticamente legitimada (por isso as quiseram ‘independentes’!) e são sempre dirigidas por gente comprometida com os interesses dos regulados e ‘capturada’ por estes. Elas têm cumprido ‘honradamente’ a missão para que foram criadas: ser as raposas encarregadas de guardar a capoeira...

Exercendo-se a atividade reguladora em setores



onde se movem muitos interesses financeiros e estratégicos, todos sabiam que seriam muito sérios os riscos de pressões dos regulados exercerem uma influência sensível (dominante?) sobre os reguladores. Até porque estes (em regra vindos das empresas reguladas), uma vez terminado o mandato, terão, naturalmente, o desejo de regressar aos seus antigos locais de trabalho, e certamente a cargos mais destacados e melhor remunerados do que aqueles que ocupavam antes de passarem a servir nas entidades reguladoras.

Num livro de 2013, Joseph Stiglitz veio-me confortar na defesa deste meu ponto de vista: os grandes patrões dos setores regulados “usam a sua influência política de modo a nomear para as agências reguladoras personalidades complacentes com os seus objectivos.” E como sabem muito bem que “a persuasão se torna mais fácil se o alvo dos seus esforços começar por assumir uma posição complacente”, contratam exércitos de lobbistas, verdadeiros exércitos mercenários cuja missão é “garantir que o Governo nomeie reguladores que já foram ‘capturados’ de uma forma ou de outra.” O antigo Presidente do Conselho de Assessores Económicos do Presidente Clinton sabe do que fala, certamente por experiência própria. E não se esquece de sublinhar: “os que se encontram na comissão reguladora são provenientes do setor que é suposto regular e aí regressam mais tarde. Os seus incentivos e os da indústria estão bem alinhados, ainda que estejam desalinhados com o resto da sociedade. Se os da comissão reguladora servem bem o setor,



são bem recompensados na sua carreira pós-governamental.” Quem sabe, sabe.

Outros disseram que a crise foi uma espécie de crise de costumes, resultante da falta de ética do setor financeiro.

A Comissão Europeia reconheceu que “o setor financeiro é o responsável pela ocorrência e pela envergadura da crise”, pondo em relevo “a atual sub-tributação do setor financeiro” e o facto de serem “os cidadãos e os estados europeus, na retaguarda, que arcaram com

os custos.”

No que toca ao Parlamento Europeu, o Relatório Podimata (fev/2017) acusou o setor financeiro de ter abdicado, “em grande medida, do seu papel de financiador das necessidades da economia real” (estão em causa, certamente, os “comportamentos particularmente arriscados” de que falou a Comissão Europeia), sublinhando que os estados gastaram “milhares de milhões de dólares para salvar os principais atores do setor financeiro” e que “os contribuintes suportam hoje a maior parte do custo da crise, não apenas através de contribuições diretas, mas também em consequência do aumento de desemprego, da diminuição dos rendimentos, da redução do acesso aos serviços sociais e do agravamento das desigualdades.”

No final de 2011 (Les Échos, 16.12.2011), até o todo poderoso Ministro das Finanças alemão veio reconhecer que “a cupidez e a procura de lucros cada vez mais elevados nos mercados de capitais” têm “responsabilidade na crise bancária e económica, e depois na crise de países inteiros, com a qual estamos confrontados desde 2008.”

São muitos os altos responsáveis a reconhecer a

culpa do grande capital financeiro na eclosão da crise económica e social que tem assolado a Europa. Os dirigentes dos ‘países dominantes’ sabem muito bem onde nasce o rio das nossas desgraças, porque eles estão entre os que alimentam o caudal desse rio de águas turvas. Por isso não extraem nenhuma consequência daquele diagnóstico.

Ao invés, inventam-se razões para culpar as vítimas das suas próprias desgraças e castigam-se os ‘povos do sul’ com violentíssimos programas de austeridade, ‘penitências’ para expiar ‘pecados’ que não cometeram. Simultaneamente, obrigam-se os estados ‘endividados’ a endividar-se ainda mais, para que o capital financeiro (os grandes bancos alemães e franceses) possa receber os seus créditos e possa continuar a especular, para ganhar “lucros cada vez mais elevados”, à custa dos salários, dos direitos e da dignidade dos trabalhadores e da soberania desses estados-membros da UE. Alguém que viveu a situação por dentro (Yanis Varoufakis) diz-nos que, por volta de 2010, os meios dirigentes da UE defendiam, como política da ‘Europa’, o “empobrecimento dos mais fracos”: “a solidariedade europeia havia já sido minada a partir do interior.”

Por isso é que Mark Blyth acerta em cheio quando defende que a austeridade é “o preço da salvação dos bancos, (...) é o preço que os bancos querem que alguém pague.” E a verdade é que, em meados de maio/2009, segundo confessou o então Presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, a salvação dos bancos tinha já absorvido, nos EUA e na Europa, 27% do PIB. É muito dinheiro, que tiveram de pagar os milhões de trabalhadores que não ganham o suficiente para viver, que sofrem o desemprego, a pobreza, a exclusão social, mas cujo ADN não lhes permite constituir a ameaça de nenhum risco sistémico (tanto pior para eles,

mas este é um privilégio de sangue, de que só gozam os bancos...).

A verdade é que a Comissão Europeia – sendo Comissário responsável pela economia o socialista Pierre Moscovici – tem estado sempre na linha da frente das políticas de austeridade, impostas pelo “poder político dos bancos franceses e alemães” e prosseguidas impiedosamente pela Comissão e pelos “Governos que identificam os bancos como campeões nacionais a proteger (...), colocando os interesses dos bancos à frente dos interesses dos cidadãos, (...), uma relação quase corrupta entre bancos e políticos: muitos políticos seniores ou trabalharam em bancos ou esperam trabalhar depois.” Este verdadeiro império do capital financeiro é salientado (Público, 11.5.2014) por Philippe Legrain, que foi conselheiro do Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso. Quem viveu as coisas por dentro sabe do que fala. E Joseph Stiglitz confirma o que fica dito: “Os resgates da Espanha, da Grécia e de outros países pareciam mais direcionados para salvar o euro e os bancos europeus que tinham financiado esses países [com a cumplicidade da UE, digo eu] do que para restaurar o bem-estar e a saúde da economia dos países afetados.”

Uma coisa é certa, a meu ver: “os estados – digo-o citando James Galbraith – não podem permitir-se perder o combate que os opõe aos mercados financeiros: a sobrevivência de um sistema mais ou menos civilizado depende disso.” Será que os socialistas europeus – que aprovaram o Tratado de Maastricht e o Tratado Orçamental – têm consciência desta situação?

2. A social-democracia europeia persiste em esquecer a lição de Keynes, que defendeu a “eutanasia do rendista”, a necessidade do controlo público da poupança e do investimento da comu-

nidade, a necessidade de políticas públicas que combatam as enormes desigualdades na distribuição do rendimento (que prejudicam o crescimento económico e favorecem as crises cíclicas), que combatam o desemprego (em vez de combater os desempregados) e promovam o pleno emprego, com base no reforço planeado do investimento público (financiado através do recurso ao crédito). Os ‘socialistas modernos’ querem que ele continue ‘morto’, porque preferem a tese monetarista da independência dos bancos centrais, com a perda consequente da soberania monetária, cambial e orçamental por parte dos estados nacionais, verdadeiramente ‘privatizados’, colocados na mesma situação de qualquer empresa ou de qualquer família: os ‘mercados financeiros’ (os especuladores) é que decidem se e em que condições financiam as políticas públicas quando os estados pretendem utilizar recursos financeiros não provenientes de impostos.

Talvez para introduzirem ética no mercado e moral na política, têm promovido e apoiado as políticas de austeridade destinadas a castigar os povos europeus, especialmente os preguiçosos povos do sul.

Na Comissão Europeia e em vários governos da Europa, os socialistas não se cansam de invocar que não há alternativa a tais políticas: só a redução das despesas públicas (sobretudo as despesas de investimento e as despesas sociais), a ‘flexibilização’ da legislação laboral e o corte dos salários e dos direitos dos trabalhadores pode restabelecer a competitividade das economias, facilitando a vida às empresas e alimentando a confiança dos empresários, que logo correrão a fazer investimentos para promover o crescimento e o emprego.

Os melhores especialistas ensinam que “a austeridade nunca funcionou”, que a austeridade “é má quer a curto prazo – mais desemprego –, quer a longo prazo – menos crescimento” (Joseph Stiglitz). E ninguém ignora que os custos destas políticas “têm sido e continuam a ser horrendos” (Mark Blyth). No que se refere a Portugal, socorro-me da leitura de Phillipe Legrain, já referenciado: “a austeridade foi completamente contraproducente. (...) A austeridade provocou em Portugal uma profunda, longa e desnecessária recessão económica (...), com consequências sociais trágicas. (...) As pessoas sofreram horrores, (...) a economia foi muito prejudicada (...) e a dívida pública é muito mais elevada do que teria sido [sem o programa de resgate imposto pela troika]. (...) Portugal está bem pior do que antes do Programa.”

Em termos gerais, podemos dizer (com Adam Tooze, cit. por Halimi/Rimbert) que, “através das suas escolhas políticas, os governos da zona euro mergulharam dezenas de milhões dos seus cidadãos nas profundezas de uma depressão comparável à da década de 1930”, dando origem a “um dos piores desastres económicos auto-infligidos jamais observados.”

O mais grave é que ninguém poderia esperar que as consequências fossem outras. Joseph Stiglitz vem lembrando o que todos sabemos (mesmo os defensores da austeridade punitiva): “praticamente não há exemplos de países que tenham recuperado de uma crise através da austeridade.” Verdade de ontem, verdade de hoje!

As políticas de austeridade, inspiradas no breviário neoliberal, visam apenas transferir para o grande capital financeiro os ganhos da produtividade resultantes do desenvolvimento científico e tecnológico, modificando, em benefício do capital

(já beneficiado pela mundialização do mercado de trabalho), a correlação de forças entre o capital e o trabalho. Nomeadamente em espaços como a zona euro, em que está vedado o recurso à desvalorização da moeda (que, há anos, fazia parte de todos pacotes do FMI) a chamada desvalorização interna é apontada como a única alternativa para combater a crise. Mas ela é, verdadeiramente, uma desvalorização dos salários e dos direitos dos trabalhadores, uma violenta política anti-trabalhadores, imposta pela ditadura do grande capital financeiro contra os que vivem do seu trabalho.

Contrariando os objetivos inscritos nos Tratados, estas políticas têm-se revelado ostensivamente políticas de divergência económica e social entre os estados-membros da UE. Elas conduziram vários países à falência para evitar a falência de bancos demasiado grandes para falir (too big to fail). Elas têm condenado (Ulrich Beck) os países devedores (“a nova classe baixa da UE”) a sofrer “perdas de soberania e ofensas à sua dignidade nacional.” Elas constituem pecados contra a dignidade dos povos (confissão pública de Jean-Claude Juncker, não seguida do arrependimento e da vontade de não mais voltar a pecar...) e exigem às suas vítimas (os pobres dos países mais pobres) “sacrifícios humanos em honra de deuses invisíveis” (Paul Krugman), i.e. constituem ver-



dadeiros crimes contra a humanidade (de “crimes económicos contra a humanidade” falam L.Benería e C.Saravia, em El País, 29.3.2011).

3. – Os objetivos da estratégia neoliberal ficaram visíveis a olho nu com a atuação das troikas, cujo programa de ação foi o de provocar o empobrecimento dos povos da Irlanda, da Grécia e de Portugal. Com o aplauso da social-democracia europeia, as troikas obrigaram os governos destes países a privatizar, a preços de saldo, as empresas e setores estratégicos da

economia, que são indispensáveis a qualquer projeto de desenvolvimento autónomo e constituem a base da soberania e da independência nacionais: eletricidade e outras formas de energia, telecomunicações, correios, transporte aéreo, portos e aeroportos, e até a água (violando os Tratados, as troikas fizeram tudo para que o serviço de produção e distribuição de água potável fosse privatizado, na Irlanda, na Grécia e em Portugal).

E obrigaram os devedores a cortar as despesas com a saúde, a educação, os transportes públicos, e a cortar os salários e as pensões, e a facilitar os despedimentos, e a esvaziar a contratação coletiva.

E deram novo vigor à ‘guerra santa’ contra o estado social, com o objetivo de acelerar a privatização dos serviços de educação e de saúde e da segurança social.

O argumento é sempre o mesmo: o estado social

não é sustentável financeiramente, dada a tendência para o envelhecimento da população na Europa, que faz aumentar a percentagem dos inativos idosos relativamente aos ativos.

Como acreditar nesta mentira mil vezes repetida, se nos recordarmos de que a produtividade tem aumentado muito mais do que o envelhecimento da população e de que produzimos hoje muito mais riqueza, em montantes que nem sequer sonhávamos aqui há 40 ou 50 anos? Vale a pena insistir neste ponto, para desacreditar os agoirentos que semeiam o medo sem pudor, insistindo na tese do fim inevitável dos sistemas públicos de segurança social (e do estado social em geral) por não haver dinheiro para os manter.(2)

O estado social está em perigo porque os interesses económicos dominantes (sob a hegemonia do grande capital financeiro) entendem que, dada a atual correlação de forças, não têm que submeter-se ao compromisso que o estado social representa. Os ataques ao estado social e a propaganda da tese da sua inviabilidade financeira são os sinais externos da incompatibilidade entre neoliberalismo e democracia. O fim do estado social é uma escolha política, a escolha de Milton Friedman e dos pais fundadores da ideologia neoliberal: é imperioso “derrubar definitivamente o estado providência”, porque (Milton Friedman) o princípio da responsabilidade social coletiva (que informa o estado social e matriz keynesiana) é “uma doutrina essencialmente subversiva.”

Os sociais-democratas europeus não têm a coragem desta clareza, mas têm feito a sua parte no que toca à destruição do estado social, colocando permanentemente na agenda o problema da sua sustentabilidade financeira. É tempo de parar com essa monstruosidade de considerar os ‘velhos’ como o inimigo público número um do estado social.(3)

Começa a ficar claro para muita gente que o núcleo do problema está no sistema de financiamento da Segurança Social. Ele tem sido financiado pelos trabalhadores, através de uma espécie de socialização de parte dos salários, diretamente no que respeita à contribuição dos trabalhadores, indiretamente no caso da contribuição das entidades patronais (falam alguns autores de salário indireto). É necessário, é urgente e é justo mudar substancialmente este modelo: a contribuição patronal deve ser calculada em função dos lucros globais da empresa empregadora e não em função do número de trabalhadores que emprega. Como as empresas mais lucrativas (em regra as grandes empresas) são as menos intensivas em mão-de-obra, por usarem as tecnologias mais avançadas, a sua contribuição para a Segurança Social seria mais elevada, podendo aliviar-se a contribuição das pequenas e médias empresas (e até a dos trabalhadores) sem diminuir (ou mesmo aumentando) as receitas da Segurança Social.

A estratégia de empobrecimento de povos inteiros e de asfixia do estado social que vem minando esta ‘Europa civilizada’ é uma escolha política. Uma escolha que parece apostada em consolidar o que alguém chamou “desigualdades definitivas”, uma escolha que só pode conduzir ao capitalismo de apocalipse de que fala Alain Minc (citado por J.-P. Chevènement).

Os partidos que dominaram a vida política nas últimas décadas são solidariamente responsáveis por esta estratégia. E os partidos da social-democracia europeia não podem descartar as suas responsabilidades neste campo. Se querem mudar alguma coisa, têm que assumir, com coragem, estas responsabilidades e não podem continuar a comportar-se como aquela “esquerda choramingas” que chora lágrimas (de crocodilo) pela po-

breza e pela desigualdade, mas continua a ignorar (pior: a não querer conhecer) as suas causas, para não ter de as combater com políticas capazes de eliminar a pobreza e as desigualdades. Terão os socialistas europeus esta coragem? E terão a coragem de encarar, sem subterfúgios, a questão do financiamento da Segurança Social nos termos que refiro atrás?

4. No âmbito europeu, as políticas de austeridade têm sido declaradas contrárias às constituições e a tratados internacionais (nomeadamente a Convenção relativa à OIT e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem) a que se encontram vinculados.

Em junho/2012, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa manifestou, em resolução, a sua preocupação pelo facto de as políticas de austeridade estarem a afetar negativamente a democracia e os direitos sociais dos países condenados a pô-las em prática.

Neste mesmo ano, o Comité Europeu dos Direitos Sociais do Conselho da Europa considerou contrárias à Carta Social Europeia várias normas adotadas no quadro da ‘flexibilização’ da legislação laboral, nomeadamente em matéria de despedimentos, do direito à remuneração e do direito efetivo à segurança social (posto em causa pela redução das pensões de reforma e pela sujeição dos aposentados a taxas de solidariedade que mais ninguém paga).

Ainda em 2012, a OIT proclamou que as medidas adotadas nos países submetidos às políticas de austeridade que vieram permitir a suspensão ou a anulação de convenções coletivas de trabalho e a adoção de procedimentos menos favoráveis aos trabalhadores violam gravemente os princípios fundamentais da liberdade de negociação coletiva

e da inviolabilidade das convenções coletivas.

O próprio TJUE já ‘censurou’ as medidas tomadas no âmbito do Mecanismo Europeu de Estabilidade porque elas escapam ao controlo parlamentar e ao controlo judiciário, não admitindo sequer recurso para o TJUE.

Já em 2014, foi a vez de o Parlamento Europeu declarar, no Relatório sobre as atividades das troikas, que os memorandos ‘negociados’ entre as troikas e os estados vítimas deles escaparam a qualquer controlo sério pelos parlamentos nacionais e pelo Parlamento Europeu e que muitas das decisões tomadas pela Comissão Europeia no âmbito de tais ‘memorandos de entendimento’ foram tomadas em contradição com as suas obrigações enquanto guardião dos Tratados.

De vários lados vem a crítica de que aquelas não respeitam os princípios e as normas da Carta dos Direitos Fundamentais. Segundo os jornais, o Presidente da Comissão Europeia reconheceu isto mesmo não há muito, confessando simultaneamente o expediente utilizado para evitar o controlo jurisdicional daquelas políticas, que pecam contra a dignidade dos povos (segundo o mesmo Presidente): nem a troika nem o Mecanismo Europeu de Estabilidade (que vêm impondo tais políticas em nome da UE) são instituições da UE, pelo que não estão obrigadas a acatar a ordem jurídica comunitária. Todos sabemos que o grande crime organizado recorre, sistematicamente, a expedientes deste tipo para fugir às malhas da lei. Agora ficamos a saber que a UE, enquanto órgão do poder político do capitalismo do crime sistémico, faz o mesmo.

Em 2015, um grupo de economistas e universitários de todo o mundo, entre os quais James Galbraith, Stephany Griffith Jones e Jacques Sapir, pronunciou-se nestes termos sobre esta “política de ameaça, de ultimato, de obstinação e

de chantagem”: ela “significa, aos olhos de todos, um fracasso moral, político e económico do projeto europeu.” Uma verdade como punhos. Como é verdade que os socialistas europeus continuam beatos fiéis do culto europeísta, cujas regras/dogmas aceitam como se elas fossem uma verdade revelada, fugindo sempre à ‘heresia’ da crítica. Às vezes, num rebate de consciência, arriscam assumir que a ‘Europa’ tem de melhorar; mas, em regra, melhor Europa significa, para eles, mais Europa, o que, a meu ver, é apenas a certeza de pior Europa.

5. Olhando para o nosso País, creio ser correto afirmar que a austeridade continua a marcar a nossa realidade presente e a condicionar o nosso futuro, apesar de o Primeiro-Ministro ter dito há tempos na Itália, no Congresso do Partido Democrático (que integra o Partido Socialista Europeu) que os portugueses se reconciliaram com Bruxelas, porque compreenderam que Bruxelas não é igual a austeridade. Ora o Primeiro-Ministro sabe muito bem que é para agradar a ‘Bruxelas’ (e por imposição de ‘Bruxelas’) que o Governo a que preside cumpre religiosamente os dogmas do culto europeísta, privilegiando a diminuição do défice das contas públicas e cortando nas despesas (com destaque para o investimento público) para poder cumprir as metas definidas pela Europa das regras.

É a mesma atitude ‘religiosa’ que o leva a pagar os juros da dívida sem tugar nem mugir. Apesar de o montante da dívida ter diminuído, Portugal continua a ostentar a 3ª maior dívida dos países da Zona Euro (à nossa frente só a Grécia e a Itália), e os encargos anuais da dívida continuam à roda de seis mil milhões de euros, pesadelo que pode agravar-se de um momento para o outro se as taxas de juro subirem no mercado interna-

cional de capitais (por ação dos grandes especuladores profissionais, por força do Brexit, em resultado da guerra comercial entre os EUA e a China...).

E, no entanto, o Governo não desconhece que os melhores especialistas continuam a considerar o dogma do orçamento equilibrado “o pior tipo de dogma que existe”, como ainda há pouco salientava o Prof. Paul de Grauwe (Público, 5.2.2019), Vice-Presidente do Conselho das Finanças Públicas português. Portugal precisa de muito mais investimento público, mas não o faz porque prefere obedecer às “regras loucas” impostas pela UE. “Os dogmas dominam muito e as pessoas têm medo de mudar as suas opiniões”, comenta Paul de Grauwe. E o Governo do PS está dominado pelos dogmas neoliberais que imperam na UE e tem medo de mudar as suas opiniões, talvez porque gostem de ser os melhores alunos da ‘Europa’. Pelo menos, gabam-se disso.

Os dirigentes do PS têm medo de que os ‘bispos’ do culto europeísta sediados em Bruxelas os mandem para o inferno, se se portarem mal. Por isso aceitam as imposições daqueles ‘bispos’ no que toca à gestão da dívida externa. Como se viu recentemente a propósito do reembolso antecipado de parte da dívida ao FMI (apesar do segredo que o Governo manteve a este respeito), os nossos credores (FMI, BCE, Fundo Europeu de Estabilidade, tudo amigos...) impuseram-nos condições altamente lesivas do ponto de vista financeiro: condições que nos obrigam a pagar, inclusivamente, o seguro desses créditos, embora deveriam ser os credores a pagar o prémio, porque são eles os beneficiários do seguro; condições que nos impedem de aligeirar os encargos da dívida e que levam o governo a preferir obedecer aos credores, sabendo que o faz à custa dos direitos sociais dos trabalhadores, consagrados na CRP; condições que atingem gravemente a nossa soberania, já não

através da ocupação militar para cobrança dos impostos alfandegários (como acontecia antigamente), mas através das regras-dogmas definidas e aplicadas pelos órgãos do poder político que, a partir de Bruxelas, gerem os interesses do grande capital financeiro. Numa entrevista ao Público (11.3.2014) Phillipe Legrain disse com todas as letras: “as ajudas [a palavra é dele] a Portugal e à Grécia foram resgates aos bancos alemães.” Mas os devotos do culto europeísta continuam a fazer tudo para agradar aos seus ‘deuses’, defendendo que Portugal deve pagar os juros das dívidas contraídas para financiar as ajudas aos bancos alemães.

É bom recordar que foi um governo do PS que, antes da troika e com a bênção da Sr^a Merkel, quis impor o chamado PEC (4) (cuja reprovação no Parlamento ditou a queda do Governo), que antecipava grande parte das medidas depois acordadas com a troika, incluindo a privatização de empresas estratégicas como a TAP, ANA, CTT, Seguros da CGD, Estaleiros de Viana do Castelo, EMEF, CPCarga, o resto da GALP e da EDP. E foi esse mesmo Governo do PS (com a solidariedade ativa do PPD-PSD e do CDS-PP) que assinou com a troika o chamado Memorando de Entendimento, que impôs aos portugueses (para além de duríssimas medidas de austeridade) a destruição do que ainda restava do setor empresarial do estado.

Esta política, assente nos dogmas neoliberais que infor-

mam a Europa de Maastricht e do Tratado Orçamental (afinal, a ‘Europa’ criada pelo Tratado de Roma), vem sacrificando objetivos políticos importantes para o bem-estar presente e futuro dos portugueses, acentuando a nossa dependência externa, pondo em risco a nossa soberania, isto é, a capacidade de decidir autonomamente os caminhos do nosso desenvolvimento. Portugal perdeu o controlo de setores estratégicos fundamentais que hoje pertencem ao grande capital estrangeiro (no estrangeiro têm a sede os centros de decisão e para o estrangeiro vai uma boa parte da riqueza produzida nesses setores): banca e seguros, produção e distribuição de energia (eletricidade, gás, petróleo); telecomunicações; correios; aeroportos; transporte aéreo. Um país nestas condições não pode ser um país soberano. O hino e a bandeira servem para as manifestações de patrioteirismo futebolístico, mas não garantem a independência nacional. Esta é “a tragédia das privatizações”.(5) E a história das privatizações (em Portugal e em

outros países) comprova o acerto do diagnóstico de Stiglitz: “a privatização origina uma dinâmica política pouco salutar: o monopolista utiliza os seus lucros para comprar influência política, o que lhe permitirá aumentar e expandir o seu poder de mercado. A privatização pode, deste modo, resultar num aumento da corrupção no seio de uma economia menos competitiva e menos eficiente.”(6)

6. Somos cada vez mais dependentes das expor-



tações, sabendo todos que, no nosso caso, elas são muito dependentes da importação (de equipamentos, de energia, de matérias-primas) e são muito dependentes do turismo e de uma ou duas grandes empresas privadas estrangeiras, e sabendo também que, em geral, a estratégia exportadora tem para o grande capital a vantagem de dispensar o poder de compra dos trabalhadores do país exportador (eles não são clientes das empresas exportadoras), mas tem o grande inconveniente de as exportações dependerem de fatores externos que escapam ao controlo do país exportador.

E somos, por outro lado, dependentes da importação de bens essenciais (incluindo boa parte dos alimentos de origem agrícola e do peixe que comem os habitantes deste velho país de marinheiros), ao mesmo tempo que a nossa agricultura se vai especializando na chamada agricultura de sobremesa (voltada para a exportação de frutos exóticos), em prejuízo da agricultura produtora de alimentos.

A nossa dependência acentua-se ainda porque os donos disto tudo escoam para off-shores muitos milhões de euros que sugam aos trabalhadores portugueses (matéria em que Portugal ocupa lugar de honra no ranking mundial), e, sobretudo, porque, como resultado das privatizações que os governos da direita e do PS levaram a cabo, o nosso País perde, todos os anos, uma boa parte da riqueza produzida pelos trabalhadores portugueses. Carlos Carvalhas fez as contas e concluiu que a hemorragia passou de 581 milhões de euros em 1999 para 5.552 milhões de euros em 2017 (20.815 milhões de euros só entre 2011 e 2015).

O Primeiro-Ministro alega frequentemente que, sem os fundos estruturais, nós não seríamos aquilo que somos hoje. E tem razão: os fundos es-

truturais têm ajudado a diminuir as consequências negativas do facto de Portugal ser, em boa verdade, um contribuinte líquido para a UE (sai mais dinheiro de Portugal para a UE do que aquele que vem da UE para Portugal). Com uma diferença: os beneficiários da ‘sangria’ a que estamos sujeitos gastam o ‘nosso’ dinheiro como entendem e nós temos de gastar o dinheiro que vem da UE como e onde a UE quer.

Acresce que, após a nossa integração na ‘Europa’, foi destruído o setor das pescas, a marinha mercante e os estaleiros navais (lá se foi a nossa vocação marítima...), acentuámos a nossa dependência alimentar, perdemos empresas importantes como a Siderurgia, a Sorefame, a Mague, e um dia destes é capaz de ‘secar’ a indústria cimenteira.

7. Diz o Governo que não tem dinheiro para contar por inteiro o tempo de serviço efetivamente prestado pelos professores (mais de nove anos!). Trata-se de ‘confiscar’ esse trabalho prestado, sem qualquer contrapartida, atitude estranha por parte de quem defende, como ‘princípio civilizacional’ (por isso é uma das ‘regras’ sagradas da UE), que as nacionalizações só são toleradas se houver indemnização dos proprietários das empresas nacionalizadas.

Mas este mesmo Governo tem dinheiro para continuar a oferecer generosos benefícios fiscais ao grande capital privado monopolista e a enterrar milhões em bancos ‘falidos’. Segundo dados do Tribunal de Contas, o estado português ‘enterrou’ na banca, entre 2008 e 2017, 16.700 milhões de euros.(7)

E estes bancos não entraram na esfera do estado, foram vendidos pelo estado, a preços de saldo, a entidades privadas, que continuam a ser alimentadas pelos contribuintes. E tudo isto aconteceu

por pressão das ‘autoridades’ de Bruxelas e por vontade do obediente governo português. Mesmo num banco pequeno como o Banif, o comportamento da UE foi exemplar. Invoco o testemunho de Rui Rio (insuspeito de esquerdismo e de anti-europeísmo, creio eu): “A União Europeia impõe, de forma inaceitável, uma dispendiosa entrega do Banif a um interessado concreto. Fê-lo com humilhante recurso à intervenção permanente de burocratas sem rosto público e condicionando qualquer escolha alternativa, ou seja, inviabilizando uma transparente consulta ao mercado. Fê-lo, ao que se sabe, com o argumento de que capitalizar com dinheiro público o pequeno Banif, ou integrá-lo na CGD, significava uma insustentável agressão à concorrência europeia no setor. Mas oferecê-lo a um dos gigantes do mercado europeu, embrulhado em avultadas verbas dos contribuintes portugueses é coisa que, para a Direção-Geral da Concorrência, em nada fere as leis... da concorrência.”(8)

Não posso acreditar que o Dr. Rui Rio esperasse outra coisa desta ‘Europa’. No que diz respeito ao comportamento da ‘Europa’ para com o nosso País, ele conhece bem o que um ex-assessor de Durão Barroso disse sobre as políticas de austeridade que a ‘Europa’ nos impôs.(9)

Não vale a pena fingirem-se de virgens ofendidas. Como fiéis da religião europeísta, o Primeiro-Ministro português e o Dr. Rui Rio conhecem muito bem os dogmas da sua religião e os

preceitos dos seus catecismos. Sabem muito bem o que é a ‘Europa’ e os interesses que ela serve. Afinal, foram eles que a construíram. E fazem dela o seu único projeto: “A Europa foi o primeiro amor do PS” e o PS é “o partido que mais ama a Europa”, disse o Primeiro-Ministro António Costa (Jornal Económico, 17.2.2019). E gabam-se de ser não apenas bons alunos da ‘Europa’, mas os melhores alunos da ‘Europa’. Disse-o, no dia 16.2.2019, numa sessão de propaganda eleitoral do PS, o Ministro das Finanças, Presidente do Eurogrupo (uma das instâncias onde se tramam as políticas atrás denunciadas).

8. O Governo está consciente de que a obediência a Bruxelas se faz também à custa das despesas sociais, do investimento público em infraestruturas e nos serviços públicos. Mas declara-se muito orgulhoso porque, agora, Portugal não é objeto de críticas nas reuniões do Eurogrupo, antes é apontado como um bom exemplo.

Porque – digo eu – o Eurogrupo só se interessa pelo cumprimento das regras alemãs, as regras estúpidas e medievais de que falou Romano Prodi.

Ao Eurogrupo pouco importa que uma grande parte dos jovens que completam o 12º ano não prossigam estudos no ensino superior. Pouco importa que as universidades públicas estejam a perder o seu capital mais precioso (perdendo os melhores de cada geração), porque há vários anos a esta parte só podem contratar



docentes como convidados e a tempo parcial, que ganham 500 euros por mês. E pouco importa que elas estejam a morrer por entropia, com orçamentos que têm diminuído brutalmente desde antes da troika, desde o tempo em que o Governo do PS impôs o aumento das propinas, alegando que o seu montante ia crescer aos fundos saídos do Orçamento de Estado e fazendo o contrário logo no primeiro ano.

Ao Eurogrupo pouco importa que o Serviço Nacional de Saúde esteja a ser asfixiado e destruído friamente, para engordar o negócio privado da saúde.

Em novembro/2018), o Tribunal de Contas veio revelar que o montante dos recursos financeiros afetados pelo estado ao SNS baixou 6,1% entre 2012-2014 e 2015-2017 (de 26,3 mil milhões para 24,7 mil milhões de euros). O TC salienta que, a partir de 2009 (salvo em 2016), se tem registado uma “forte desaceleração da despesa corrente em saúde financiada por entidades públicas”: essas despesas (6,8% do PIB, em 2009) representaram em 2017 apenas 6% do PIB, o que coloca o nosso País abaixo da média da OCDE (6,4% do PIB). Resultado: entre 2011 e 2017 a parte das despesas com a saúde financiada por entidades públicas aumentou apenas 1,7%, enquanto a parte financiada pelas famílias aumentou 6,7%; o estado financia apenas 62,6% das despesas correntes com a saúde (financiava cerca de 64,7% em 2011), cabendo às famílias financiar 37,4% (situação que não tem paralelo na UE).

O tratamento infligido ao SNS por parte do Governo do PS só pode ter uma de duas explicações: ou o Governo quer destruir o SNS ou a política de austeridade não o deixa fazer melhor. Quero inclinar-me para esta última hipótese. O Governo nega a austeridade..., pero que la hay, hay...(10) Ao Eurogrupo pouco importa que os transportes

ferroviários estejam à beira da rotura por falta de investimento, e pouco importa que o serviço de correios esteja a deixar de lado muitas regiões do País, ao mesmo tempo que aumentam os preços e diminui a qualidade dos serviços prestados. A direita entregou os CTT aos privados, e estes, aproveitando a vasta rede de balcões dos Correios e a confiança dos portugueses numa instituição que funcionava bem, puseram um banco lá dentro e estão a destruir o serviço público essencial às famílias e às empresas, sobretudo no interior do País.

No discurso, o Governo diz que é necessário investir no interior para aproveitar todas as suas potencialidades e todos os seus talentos. Na prática, permite que uma empresa privada deixe as populações sem um serviço público essencial e que o banco público (a CGD) tenha abandonado as populações de oito concelhos no interior do País.

9. O Primeiro-Ministro diz que Bruxelas não é igual a austeridade. Lamento muito desmenti-lo, mas não posso levá-lo a sério. O Governo do PS, crente nos dogmas do culto europeísta (Régis Debray), aceita, ‘religiosamente’, praticar as políticas de austeridade impostas por Bruxelas, as políticas que favorecem os bancos e o grande capital à custa dos trabalhadores e à custa do estado social.

A austeridade do Governo do PS é uma austeridade cor de rosa, diferente da que foi praticada pelo governo da direita, que foi uma austeridade terrorista, uma austeridade que, se a direita tivesse continuado no governo, teria reduzido o País a escombros, não deixando pedra sobre pedra. Por isso foi tão importante impedir a formação do governo de direita, como queriam os partidos da direita e Cavaco Silva. Por isso foi tão importante que a representação partidária na AR

(com perda da maioria pela direita) tivesse obrigado o PS a aceitar algumas exigências dos partidos à sua esquerda, o que o forçou a ‘moderar’ a sua austeridade. Por isso, sem dúvida, as coisas melhoraram um pouco: apesar da resistência do Governo e do PS, os trabalhadores portugueses recuperaram alguns direitos e uma parte do rendimento perdido, viram diminuir a carga fiscal sobre o rendimento do trabalho, e ‘respiram’ melhor, porque se livraram do pesadelo que representava a direita no governo.

O PS continua, porém, a comportar-se à maneira da “esquerda choramingas” (Frédéric Lordon), que fala da precariedade, da pobreza e da desigualdade com uma lágrima ao canto do olho, recusando, porém, encarar a realidade de frente, porque não quer analisar as causas dos problemas para não ter que as enfrentar, arriscando-se a não compreender nada do que se passa em Portugal e por essa Europa. Esta esquerda choramingas sabe muito bem que, em Portugal, dos dois milhões de portugueses que vivem em situação de pobreza, um milhão e cem mil são pobres que trabalham: estão empregados e recebem um salário, um salário tão baixo que não lhes permite uma vida digna e os condena à situação de pobreza. E sabe que, no nosso País, o rendimento dos 20% mais ricos é 5,4 vezes superior ao dos 20% mais pobres (na UE, esta relação é de 4,1); sabe que, entre 1990 e 2018, a percentagem dos salários no PIB baixou de 40% para

35% (J. Reis, *Le Monde Diplomatique*, julho/2018); sabe que, segundo dados do Eurostat referentes a 2017, 15,1% dos pensionistas portugueses estão em situação de pobreza (14,2% é a média da UE); sabe que, nos anos que já leva este século XXI, os salários têm crescido muito menos do que a produtividade; sabe certamente que os nossos gestores profissionais são dos mais bem pagos em todo o mundo: os ‘chefes’ das empresas que integram o PSI-20 ganham, em média (sem contar com suplementos de reforma e outros benefícios), 33 vezes o salário médio dos trabalhadores que empregam (mas alguns ganham 160 vezes mais!); o Governo sabe que, nos anos da troika, esses gestores viram os seus salários aumentar 50%, enquanto os trabalhadores portugueses perderam 6,2% do poder de compra (recuperaram 3% nos últimos três anos, mas continuam a ganhar menos do que em 2010); deve saber (disseram-no os jornais, em 30.1.2019) que Portugal é o País da UE em que as (grandes) empresas oferecem aos seus acionistas dividendos mais generosos (5,6% ao ano, só perdendo, à escala mundial, para a Rússia). Apesar disso, o discurso oficial continua a bater a tecla de que é preciso cuidado..., os salários não podem crescer mais do que a produtividade (têm crescido menos!), não podemos ceder às reivindicações dos trabalhadores para não comprometer o futuro do País...



O discurso é sempre o da contenção salarial, para salvar a competitividade da nossa economia. Procedem-se a aumentos mínimos do salário mínimo, para contentar as associações



patronais. Ao mesmo tempo, sustentam-se bancos e banqueiros criminosos e falidos, concedem-se benefícios fiscais escandalosos aos grandes grupos económicos e pagam-se rendas (verdadeiras rendas feudais) aos parceiros privados das Parcerias Público-Privadas e pagam-se juros de uma dívida impagável. São escolhas políticas que oferecem todos os anos ao grande capital milhares de milhões de euros, desviando este dinheiro dos investimentos no futuro, em políticas públicas nos setores da educação, da saúde, da segurança social, da habitação, dos transportes públicos, dos serviços públicos produtores e fornecedores de energia, de água, de correios e de telecomunicações.

Se os portugueses estiverem atentos, as eleições que se aproximam podem obrigar o PS a ter mais em conta os interesses de Portugal e dos portugueses do que os dogmas do culto europeísta impostos por Bruxelas.

Coimbra, abril de 2019

***Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Direito de Coimbra**

Notas:

(1) Texto elaborado com base no livro do autor, Os caminhos da social-democracia europeia, Lisboa, Editora Página a Página, 2019.

(2) Como quem quer tapar o sol com a peneira, ‘esquecem’ que os ganhos da produtividade têm crescido a um ritmo muito superior ao do envelhecimento da população. Até alguém tão insuspeito como Alan Greenspan reconheceu (Financial Times, 17.9.2007), que “a parte dos salários no rendimento nacional atingiu, nos EUA e em outros países desenvolvidos, um nível excepcionalmente baixo segundo os padrões históricos, ao invés da produtividade, que vem crescendo sem cessar.” Mais recentemente (14.8.2018), The Wall Street Journal salientava que, nos dez anos depois da crise que eclodiu em 2008, o peso dos salários no PIB baixou, nos EUA, de 64% para 58% (cada trabalhador perdeu, em média, cerca de 7.500 dólares por ano!).

(3) Recomendo a leitura do livro de Pedro Nogueira Ramos, referido na Bibliografia.

(4) Para além da revisão da legislação do trabalho (facilitar os despedimentos, flexibilizar a mobilidade interna e a organização do tempo de trabalho, limitar o direito à contratação coletiva); do congelamento do salário mínimo nacional; da redução da indemnização por despedimento



de 30 dias por ano de trabalho para 10 dias, e limitação do montante da indemnização até ao máximo de um ano de salário; dos cortes nas pensões de reforma; do aumento do IRS pago pelos reformados e aumento do IVA; dos cortes nas despesas com a educação e com a saúde; dos cortes no investimento público.

(5) A expressão é o título de um artigo de um antigo membro dos governos de Cavaco Silva, Luís Todo Bom (Negócios, 1.3.2015): “O País tem assistido, incrédulo e apreensivo, à perda sistemática do controlo nacional e à enorme destruição de valor de grandes unidades produtivas e financeiras que foram objeto de privatização. (...) E chegamos à situação atual. Uma tragédia nacional, sem empresas de referência com capacidade de inovação, de desenvolvimento tecnológico e de afirmação internacional.” “Teremos de viver com este peso nas nossas consciências.” Acertou em cheio. Foi pena que não se tenha dado conta dos crimes que cometeram, contra a economia e contra a independência nacional, os vários governos do seu partido (o PPD-PSD), sozinho ou aliado ao PS e ao CDS. Se agora se deram conta do que fizeram, devem ter a consciência pesada e têm razões para isso. Mas todos estes partidos continuam felizes a defender as mesmas políticas e a disputar qual deles fez mais nesta matéria.

As consequências destes crimes são reconhecidas mesmo por insuspeitos empresários que colocam a sede das suas holdings no estrangeiro para não pagar impostos em Portugal (outros crimes impunes graças às ‘leis’ da ‘Europa’). Em entrevista ao Expresso (28.7.2018), o Presidente do Grupo Jerónimo Martins (um dos maiores grupos da distribuição e das grandes superfícies em Portugal) confessou que o Grupo teve sérias dificuldades financeiras no início da década de 2000 e diz que foi salvo graças à ação dos bancos portugueses, concluindo: “isso hoje seria impossível, porque não há banca portuguesa, acabou. Agora os bancos são todos estrangeiros, vivem de rácios que são definidos fora de Portugal, nada é decidido em Portugal.” Nós já sabíamos, mas é digno de registo que um dos donos disto tudo o reconheça.

(6) Cfr. O EURO..., cit., 262. Aqui podem ver-se outras consequências negativas da política de privatizações imposta pelas troikas.

(7) O BPN já absorveu mais de 4.095 milhões de euros; no que toca ao Novo Banco, até final de 2019, os portugueses vão enterrar lá pelo menos 6.692 milhões de euros: os 4.900 milhões de euros da entrada inicial foram complementados com 792 milhões saídos do OE/2018, aos quais se irão juntar os mil milhões (pelo menos) de que o Banco vai precisar em 2019 (no OE estão já previstos 850 milhões de euros). Por outro lado, em grande parte por deficiências de funcionamento do serviço público competente, o estado português deixou de cobrar, só em 2016 e 2017, segundo Relatório recente do Tribunal de Contas (20.12.2018), cerca de 1,6 mil milhões de euros de créditos fiscais prescritos (sobretudo em sede de IVA e de IRC). É muito dinheiro, tanto mais que, no final de 2017, continuavam por cobrar 19,4 mil milhões de euros de dívidas fiscais (cerca de 45% dos impostos cobrados anualmente), dos quais só 31,7% constituíam dívida ativa, isto é, passível de ainda ser cobrada.

(8) Colhi esta citação no artigo de Carlos Carvalhas, referido na Bibliografia.

(9) Cito Phillipe Legrain (Público, 11.5.2014): “a austeridade foi completamente contraproducente. (...) As pessoas

elogiam muito o sucesso do Programa português, mas basta olhar para as previsões iniciais relativas à dívida pública e para a atual situação para se perceber que não é, de modo algum, um programa bem sucedido: Portugal está bem pior do que antes do Programa.(...) A austeridade provocou em Portugal uma profunda, longa e desnecessária recessão económica (...), com consequências sociais trágicas. (...) As pessoas sofreram horrores, (...) a economia foi muito prejudicada (...) e a dívida pública é muito mais elevada do que teria sido [sem o programa de resgate imposto pela troika].” Tudo isto, salienta Phillipe Legrain, para salvar os grandes bancos alemães e franceses.

(10) É bom recordar que foi um Governo do PS que impôs o pagamento de taxas moderadoras pela utilização dos serviços prestados pelo SNS, configurando um caso nítido de retrocesso social, tanto mais que a CRP classificava então o SNS como serviço público gratuito, e este serviço era, efetivamente, gratuito para todos os cidadãos que a eles recorressem.

A história poderá ajudar-nos a compreender o que estava aqui em causa. Na verdade, logo na primeira revisão ordinária da CRP (1982), a direita propôs – então sem êxito – a eliminação da garantia de gratuidade do SNS, invocando, entre outros argumentos, o de que esta garantia constitucional não permitia a fixação de taxas moderadoras. O que, aos olhos da direita (que via bem...), era juridicamente impossível foi viabilizado, no plano político, por um Governo do PS e foi tornado possível, juridicamente, pela “interpretação aberta” que o TC fez da CRP.

Como a prudência sempre é boa conselheira, a revisão constitucional de 1989 (patrocinada pelo PS) veio alterar o texto da CRP, passando o SNS a ser considerado tendencialmente gratuito, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos (artº64º, nº2, al.a)).

O pretexto foi o de ‘racionalizar’ o acesso ao SNS, desincentivando o recurso aos hospitais públicos (nomeadamente as urgências) por parte de pessoas que não tinham necessidade de o fazer e que só o faziam – invocou o governo do PS – porque o serviço era gratuito.

Um outro Governo do PS, apoiado pela maioria absoluta que detinha no Parlamento, veio mais tarde (2005) revelar a sua estratégia de fundo quanto ao SNS, impondo o pagamento de taxas moderadoras por cada dia de internamento hospitalar e por cada intervenção cirúrgica. Caía a ‘máscara’ da ‘racionalização’, da prevenção dos ‘abusos’ dos doentes no recurso aos serviços prestados pelo SNS, porque não são os doentes que determinam o seu próprio internamento ou declaram a necessidade de uma intervenção cirúrgica.

Para aliviar a (má) consciência, isentavam-se os mais pobres – obrigados a fazer prova de que são pobres! – do pagamento destas taxas. São conhecidos os perigos desta política, que se quer fazer passar por ‘justiça social’ (não é justo que os ricos paguem e os pobres não?): destruída a sua qualidade de serviço geral, universal e gratuito para todos, o SNS deixará de existir como um serviço público capaz de garantir a todos o direito à saúde, ficando reduzido a uma espécie de sopa dos pobres (serviços que rapidamente se degradarão, porque com os pobres não se justifica gastar muito dinheiro...). Esta lógica de caridade pública – dar aos pobres, coitadinhos, como esmola, o acesso a certos serviços públicos (saúde, educação, etc.) – não encontra, a meu ver, o mínimo conforto na CRP: ela viola gravemente o princípio da universalidade dos direitos sociais, que é um dos princípios fundamentais do moderno estado-providência, atribuindo a todos os cidadãos o direito de aceder a serviços públicos. A diferença de rendimentos entre pessoas e grupos sociais há-de traduzir-se apenas na diferente carga fiscal que incide sobre os ricos e sobre os pobres, e na diferente contribuição de uns e outros para as receitas do estado.

Ficava claro que o PS entende que os serviços de saúde devem ser pagos (ainda que parcialmente) por aqueles que recorrem ao SNS, atingindo frontalmente o princípio da sua gratuidade (tendencial ou não). E o atual Governo do PS persiste em manter algumas destas taxas ditas moderadoras.

Bibliografia referida no texto:

- Avelãs Nunes, A.J. – O Estado Capitalista e as suas Máscaras, 3ª ed.revista, Lisboa, Ed. Avante!, 2013;
- O euro – Das promessas do paraíso às ameaças de austeridade perpétua, 2ª ed. revista, Lisboa, Página a Página, 2015;
- Os caminhos da social-democracia europeia, Lisboa, Editora Página a Página, 2019.
- Beck, Ulrich – A Europa Alemã – De Maquiavel a “Merkievel”: Estratégias de Poder na Crise do Euro, trad. port., Lisboa, Edições 70, 2013.
- Blyth, Mark, Austeridade – A História de uma Ideia Perigosa, trad.port., Lisboa, Quetzal, 2013.
- Chevènement, Jean-Pierre – Pour l’Europe votez non!, Paris, Fayard, 2005.
- Debray, Régis – Civilisation. Comment nous sommes devenues américains, Paris, Gallimard, 2017.
- Friedman, Milton e Rose – Liberdade para escolher, trad.port., EuropaAmérica, Lisboa, s/d (1ª ed.americana, 1979).
- Galbraith, James – “Que Europa para controlar os mercados?”, em Le Monde Diplomatique, ed. port., maio/2012, 18/19.
- Halimi, Serge e Pierre Rimbart – “Liberais contra populistas, uma clivagem enganadora”, em Le Monde Diplomatique, ed. port., set/2018;
- “Luta de classes em França”, em Le Monde Diplomatique, ed.port., fev/2019.
- Krugman, Paul – “Quando a austeridade falha”, The New York Times, 25.5.2011 (publicado em Portugal pelo Jornal i);
- Acabem com esta Crise já!, Lisboa, Editorial Presença, 2012.
- Lordon, Frédéric – “A esquerda não pode morrer”, em Le Monde Diplomatique (ed. port.), set/2014.
- Ramos, Pedro Nogueira – Torturem os Números que eles Confessam – Sobre o mau uso e abuso das Estatísticas em Portugal e não só, Coimbra, Almedina/CES, 2013.
- Stiglitz, Joseph E. – Globalization and its Discontents (2002), trad. em castelhano, El Malestar en la Globalización, Madrid, Santillana Ediciones Generales, 2002;
- O Preço da Desigualdade, trad.port., Lisboa, Bertrand, 2013;
- O EURO – Como uma moeda única ameaça o futuro da Europa, trad.port., Lisboa, Bertrand Editora, 2016.
- Varoufakis, Yanis – Os fracos são os que sofrem mais? – A crise da Europa e a estabilidade global ameaçada, trad.port., Lisboa, Marcador Editora, 2016.



Outra Europa, uma Europa dos trabalhadores e dos povos*

João Ferreira**

Os desenvolvimentos na União Europeia, o curso do processo de integração, tendem entretanto a aprofundar o seu cunho capitalista, o seu carácter antissocial e, relativamente aos estados menos poderosos, o seu carácter antinacional.

O grande capital europeu promove, como feudo próprio, o aprofundamento e alargamento de um grande mercado interno, um «mercado único», progressivamente estendido a todo o continente, eventualmente além dele (recorde-se que a Turquia, com quem se negocia a adesão desde 2005, tem 97% do seu território na Ásia). Promove a «livre concorrência» nesse mercado e a desobstrução da circulação dos capitais e das mercadorias (não tanto das pessoas). O mercado «livre», como lhe é característico, acentua divergências nos padrões sociais das populações, dentro e entre territórios.

O grande capital não deixa simplesmente “funcionar o mercado”. Usa a sua força institucional, a influência e o poder adquiridos nas instituições que ergueu sobre o mercado interno, para desmantelar, e enfraquecer quando não conseguir desmantelar, todas as medidas que procurem mitigar as divergências, como os fundos comunitários e as cláusulas de salvaguarda, que lhe requerem custos ou restringem a ação. As «políticas comuns» sempre tiveram esse sentido, o do aprofundamento do mercado único, não o da contenção das desigualdades, sociais e territoriais, produzidas.

A propaganda pode muito, mas não pode tudo. Travestir este processo de integração com os valores da paz e da solidariedade não pode esconder eternamente a formatação de origem, muito

menos as consequências. Registe-se o cinismo de invocar essas consequências para justificar fugas em frente, para levar ainda mais longe e mais fundo a integração capitalista. Gerando, por conseguinte, consequências ainda mais negativas.

Não é, evidentemente, a paz, a solidariedade ou a amizade entre os povos que devem ser postos em causa. O que deve ser posto em causa é um processo que, evocando esses valores, na verdade os compromete e afronta.

Veja-se o caso do neófito «Pilar Europeu dos Direitos Sociais». Apresentado pela direita e pela social-democracia europeias como a dimensão social de que a União Económica e Monetária careceria, a verdade é que quando olhamos debaixo do pó superficial da maquilhagem «social», se evidencia a tentativa de estabelecer um novo referencial de direitos sociais e laborais que os nivela por baixo, criando uma pressão nesse sentido nos países, como Portugal, em que o acervo neste domínio ainda se situa, apesar de tudo, muito acima do que a União Europeia pretende agora impor.

A diversão do debate entre «euroceticismo» e «europeísmo» ofusca a realidade da integração. Subsidiária é a tentativa de confinar a discussão sobre o futuro da Europa ao falso dilema: ou os nacionalismos e a extrema-direita ou o aprofundamento da integração capitalista.

A verdade é que ambos os polos destas falsas dicotomias defendem, ainda que por vias presentemente diversas, os mesmos interesses de classe e a manutenção de uma mesma ordem social exploradora e iníqua. A extrema-direita, por sua vez, vive, em grande medida, do descontentamento